

Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S, S.A.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2015

Fevereiro de 2016
Este relatório contém 25 páginas

CONTEÚDO

	<u>Pág.</u>
I	Demonstrações financeiras
	Demonstração dos resultados 3
	Demonstração do rendimento integral 3
	Balanço 4
	Demonstração das alterações no capital próprio 5
	Demonstração dos fluxos de caixa 5
II	Notas explicativas às demonstrações financeiras
II.1	Políticas contabilísticas 6
II.2	Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas 10
II.3	Notas à demonstração dos resultados
Nota 1	Fornecimentos e serviços externos 11
Nota 2	Gastos com o pessoal 11
Nota 3	Outros rendimentos e ganhos 11
Nota 4	Juros e rendimentos similares 11
II.4	Notas ao balanço
Nota 5	Participações financeiras 11
Nota 6	Outros ativos financeiros 12
Nota 7	Caixa e depósitos bancários 12
Nota 8	Capital, reservas e resultados transitados 13
Nota 9	Estado e outros entes públicos 13
Nota 10	Outras contas a pagar 14
II.5	Outras notas
Nota 11	Transações com partes relacionadas 15
Nota 12	Justo valor 15
Nota 13	Passivos contingentes e compromissos 16
Nota 14	Gestão de riscos 17
Nota 15	Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas 21
III	Relatório dos auditores 26

I Demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados

Rendimentos e Gastos	Notas	Eur	
		2015	2014
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	11	4.000.000	337.000.000
Fornecimentos e serviços externos	1	(47.035)	(48.381)
Gastos com o pessoal	2	(22.516)	(29.339)
Outros rendimentos e ganhos	3	539.725	5.861
Outros gastos e perdas	11	(5.782.089)	(456.452)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		(1.311.915)	336.471.689
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.311.915)	336.471.689
Juros e rendimentos similares obtidos	4/11	6.142.173	1.018.643
Resultado antes de impostos		4.830.258	337.490.332
Imposto sobre o rendimento do exercício	9	(185.912)	(120.157)
Resultado líquido do exercício		4.644.346	337.370.175

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração do rendimento integral

	Eur	
	2015	2014
<i>Itens que poderão ser reclassificados para resultados</i>		
Reserva de reavaliação, bruto	(126.899)	650.113
Impostos diferido	28.552	(139.677)
Total outro rendimento integral	(98.347)	510.436
Resultado líquido do exercício	4.644.346	337.370.175
Total do rendimento integral	4.545.999	337.880.611

Balanço

Ativo	Notas	Eur	
		2015	2014
Ativo não corrente			
Participações financeiras	5	889.953.125	889.953.125
Outros activos financeiros	6	21.486.815	75.189.298
		911.439.940	965.142.423
Ativo corrente			
Acionistas/sócios	11	120.380.000	120.421.020
Estado e outros entes públicos	9	-	278.980
Caixa e depósitos bancários	7	941.637	1.847.692
		121.321.637	122.547.692
Total do Ativo		1.032.761.577	1.087.690.115
Capital Próprio e Passivo			
Capital próprio			
Capital realizado		775.002.375	775.002.375
Reservas legais		37.482.736	20.614.227
Resultados transitados		94.169.536	(166.332.130)
Ajustamentos em activos financeiros		493.887	620.786
Outras variações no capital próprio		(111.125)	(139.677)
Resultado líquido do exercício		4.644.346	337.370.175
Total do capital próprio	8	911.681.755	967.135.755
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivos por impostos diferidos	9	111.125	139.677
		111.125	139.677
Passivo corrente			
Fornecedores		71	-
Estado e outros entes públicos	9	20.300	705
Acionistas/sócios	11	380.000	411.816
Financiamentos obtidos	11	120.000.000	120.000.000
Outras contas a pagar	10	568.326	2.162
Total do passivo		120.968.697	120.414.683
Total do Capital Próprio e Passivo		1.032.761.577	1.087.690.115

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Demonstração das alterações no capital próprio

	Eur						
	Capital	Ajustamentos em ativos financeiros	Outras variações no capital próprio	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido	Total do capital próprio
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.000.002.375	(29.327)	-	8.557.667	59.593.224	241.131.206	1.309.255.145
Transferência de resultados	-	-	-	12.056.560	164.074.646	(176.131.206)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	650.113	(139.677)	-	-	-	510.436
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(390.000.000)	(65.000.000)	(455.000.000)
Redução de capital	(225.000.000)	-	-	-	-	-	(225.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	337.370.175	337.370.175
Saldos em 31 de dezembro de 2014	775.002.375	620.786	(139.677)	20.614.227	(166.332.130)	337.370.175	967.135.755
Transferência de resultados	-	-	-	16.868.509	320.501.666	(337.370.175)	-
Ganhos líquidos por ajustamentos no justo valor	-	(126.899)	28.552	-	-	-	(98.347)
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	(60.000.000)	-	(60.000.000)
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	4.644.346	4.644.346
Saldos em 31 de dezembro de 2015	775.002.375	493.887	(111.125)	37.482.736	94.169.536	4.644.346	911.681.755

Demonstração dos fluxos de caixa

	Eur	
	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	4.644.346	337.370.175
<i>Ajustamentos por:</i>		
Variação nos impostos ativos / passivos	270.023	488.946
<i>Variações nos ativos e passivos operacionais</i>		
Devedores diversos	41.020	42.310.383
Credores diversos	534.419	(19.782.201)
Financiamentos obtidos	-	120.000.000
	5.489.808	480.387.303
Fluxos de caixa de atividades de investimento		
Variações nos ativos financeiros disponíveis para venda	53.604.137	70.436.484
Variações nas participações financeiras	-	110.000.000
	53.604.137	180.436.484
Fluxos de caixa de atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(60.000.000)	(455.000.000)
Redução de capital	-	(225.000.000)
	(60.000.000)	(680.000.000)
Variação líquida em caixa e equivalentes	(906.055)	(19.176.213)
Caixa e equivalentes no início do período	1.847.692	21.023.905
Caixa e equivalentes no final do período	941.637	1.847.692

II Notas explicativas às demonstrações financeiras

II.1 Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., ('Millenniumbcp Ageas' ou 'Sociedade'), com sede social na Av. Dr. Mário Soares, Tagus Park, Edifício 10, 2744-002 Porto Salvo, é uma sociedade privada, constituída em Portugal por escritura em 28 de Setembro de 2004, sendo detida pelo Grupo Ageas (51%) e pelo Banco Comercial Português, S.A. (49%).

A Sociedade tem por objetivo único a gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas. Neste âmbito pode prestar serviços técnicos de administração e gestão às sociedades em que possua participação, de acordo com os estatutos e as leis aplicáveis, e pode adquirir participações em qualquer outra sociedade.

Na sequência do contrato estabelecido em Julho de 2004 entre o Banco Comercial Português, S.A., e o Grupo Ageas, a Millenniumbcp Ageas adquiriu a Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A. ('Ocidental Vida'), Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. ('Ocidental Seguros'), Pensõesgere – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A. ('Pensõesgere') e a Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. ('Médis'). O referido contrato foi sujeito à condição suspensiva de não oposição pelas Entidades Reguladoras. As referidas autorizações pelas entidades reguladoras nacionais foram obtidas em Dezembro de 2004, permitindo a efetivação do contrato. As ações foram legalmente transferidas em Janeiro de 2005, data em que foi obtido o controlo sobre as subsidiárias.

Em 23 de junho de 2014, na sequência de uma resolução do Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas, a Sociedade distribuiu aos seus accionistas, na forma de um dividendo em espécie, todas as suas ações da Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. e da Médis - Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A., ambas subsidiárias detidas a 100%.

Adicionalmente, em junho de 2014, no contexto da optimização da gestão de capital, a Sociedade reduziu o seu capital social em Euro 225.000.000.

A partir de 1 de janeiro de 2010, no âmbito do disposto no Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, Artº 4º, a Millenniumbcp Ageas adotou as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS"), no âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho de 2002.

Os IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB") e as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC"), e pelos respetivos órgãos antecessores.

As demonstrações financeiras da Millenniumbcp Ageas agora apresentadas reportam-se ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 e foram preparadas de acordo com os IFRS adotados pela União Europeia até 31 de dezembro de 2015.

Em 2015 a Millenniumbcp Ageas adotou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de janeiro de 2015, conforme referido na nota 15. As políticas contabilísticas abaixo descritas, foram aplicadas de forma consistente para todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras, com as alterações resultantes desta adoção.

As demonstrações financeiras apresentadas foram aprovadas na Reunião de Conselho de Administração do dia 26 de fevereiro de 2016.

As demonstrações financeiras estão expressas em Euro. Estas foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos outros ativos financeiros ao justo valor através de reservas. Os restantes ativos e passivos financeiros, bem como ativos e passivos não financeiros, são registados ao custo amortizado ou custo histórico.

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com os IFRS requer que o Conselho de Administração efetue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de proveitos, custos, ativos e passivos reportados. Estas estimativas e pressupostos são baseados na informação disponível mais recente, resultando da avaliação presente e esperada, dos futuros benefícios e obrigações associados.

Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativas na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota II.2.

b) *Investimentos em subsidiárias*

São classificadas como subsidiárias as empresas sobre as quais a Millenniumbcp Ageas exerce controlo, que normalmente é presumido quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controlo quando a Millenniumbcp Ageas detém o poder, direta ou indiretamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

As subsidiárias são mensuradas ao custo de aquisição, sujeitas a teste de imparidade.

c) *Ativos financeiros*

Classificação

A Millenniumbcp Ageas classifica os seus ativos financeiros no início da transação considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Ativos financeiros disponíveis para venda - Os ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivados que: (i) a Millenniumbcp Ageas tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias.
- Empréstimos concedidos e contas a receber - Esta categoria inclui valores a receber relacionados com operações correntes.

Reconhecimento, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos concedidos e contas a receber, são reconhecidos na data da negociação (“trade date”), ou seja, na data em que a Millenniumbcp Ageas se compromete a adquirir ou alienar o ativo.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transação, exceto nos casos de ativos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos de transação são diretamente reconhecidos em resultados.

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Millenniumbcp Ageas de recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Millenniumbcp Ageas tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, ou (iii) ainda que retenha alguns mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Millenniumbcp Ageas tenha transferido o controlo sobre estes activos.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respetivas variações reconhecidas em reservas, até que os ativos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes ativos são reconhecidas também em reservas, no caso de ações, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efetiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente (“bid-price”). Na ausência de cotação, a Millenniumbcp Ageas estima o justo valor utilizando (i) metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transações recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado, técnicas de fluxos de caixa descontados e modelos de avaliação de opções customizados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e (ii) pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

Empréstimos concedidos e contas a receber, são posteriormente valorizados ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efetiva.

Os instrumentos financeiros para os quais não é possível mensurar com fiabilidade o justo valor são registados ao custo de aquisição.

Reclassificação entre categorias

A Millenniumbcp Ageas apenas reclassifica activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, da categoria de activos financeiros disponíveis para venda para a categoria de activos financeiros a deter até à maturidade, se tiver a intenção e capacidade de os manter até à maturidade.

As reclassificações entre estas categorias são efectuadas ao justo valor dos activos reclassificados na data da reclassificação. A diferença entre este justo valor e o valor nominal é reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva. A reserva de justo valor na data da transferência é igualmente reconhecida em resultados até à maturidade, com base no método da taxa de juro efectiva.

A Millenniumbcp Ageas não adotou esta possibilidade nos períodos a que se referem as demonstrações financeiras apresentadas.

Imparidade

A Millenniumbcp Ageas avalia regularmente se existe evidência objectiva que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, se encontra em situação de imparidade. Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para títulos representativos de capital, um significativo ou prolongado declínio no seu justo valor, abaixo do respectivo custo de aquisição, e (ii) para títulos de dívida, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade. De acordo com a política contabilística da Millenniumbcp Ageas, 25% ou 12 meses, assumem-se como sendo, respectivamente, declínios significativos ou prolongados no justo valor de títulos representativos de capital, abaixo do seu custo de aquisição.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados. Se, num período subsequente, o montante da perda por imparidade diminuir, e essa diminuição for objectivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade, o montante de perda por imparidade previamente reconhecida é revertida por resultados até à reposição do custo de aquisição, excepto no que se refere a acções ou outros instrumentos de capital, caso em que a reversão da imparidade é reconhecida em reservas.

d) Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem

Esta rubrica engloba os valores registados no balanço cuja maturidade é inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

e) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados no balanço pelo seu valor líquido quando existe a possibilidade legal de compensar os montantes reconhecidos e exista a intenção de os liquidar pelo seu valor líquido ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

f) Passivos financeiros

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros não derivados incluem fornecedores, empréstimos e outras contas a pagar. Estes passivos financeiros são registados (1) inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e (2) subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

A Sociedade procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

g) Operações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Euro à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os ativos e passivos não monetários registados ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio na data da transação.

h) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros resultam do imposto corrente e do imposto diferido. Os impostos sobre lucros são reconhecidos em resultados, exceto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos diretamente nos capitais próprios, caso em que serão também registados por contrapartida em capitais próprios. Os impostos correntes são apurados de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as diferenças temporárias dedutíveis (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

i) Provisões

São reconhecidas provisões quando (1) a Millenniumbcp Ageas tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (2) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (3) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização, para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas.

j) Reconhecimento de rendimentos de serviços

Os rendimentos de serviços são reconhecidos da seguinte forma:

- Os rendimentos de serviços obtidos à medida que os serviços são prestados são reconhecidos em resultados no período a que se referem;
- Os rendimentos de serviços que são uma parte integrante da taxa de juro efetiva de um instrumento financeiro são registados em resultados pelo método da taxa de juro efetiva.

k) Reconhecimento de juros

Para o cálculo da taxa de juro efetiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios e descontos diretamente relacionados com a transação.

l) Dividendos

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando recebidos ou pagos.

II.2 Principais estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas

Os IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração efetue julgamentos e faça estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Millenniumbcp Ageas são discutidos nesta nota com o objetivo de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afeta os resultados reportados da Sociedade e a sua divulgação. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Millenniumbcp Ageas é apresentada na anterior Nota II.1 às demonstrações financeiras.

Considerando que em muitas situações existem alternativas ao tratamento contabilístico adotado pelo Conselho de Administração, os resultados reportados pela Millenniumbcp Ageas poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são apropriadas e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira da Sociedade e o resultado das suas operações em todos os aspetos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para um melhor entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas possam ser mais apropriadas.

Imparidade de investimentos em subsidiárias

A Millenniumbcp Ageas efetua o teste de imparidade dos investimentos em subsidiárias, tendo por base a estimativa do valor atual dos *cashflows* esperados associados a cada ativo.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade por reconhecer, com o consequente impacto nos resultados da Millenniumbcp Ageas.

Imparidade dos ativos financeiros disponíveis para venda

A Sociedade determina que existe imparidade nos seus ativos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor abaixo do respectivo custo de aquisição, ou quando tenha identificado um evento com impacto nos *cash flows* futuros estimados dos activos. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento, baseado em informação relevante disponível, incluindo a volatilidade normal dos preços dos instrumentos financeiros.

Deste modo, para instrumento de capital, considerando a elevada volatilidade do mercado, um declínio (i) de 25% no justo valor relativamente ao custo de aquisição é considerado pela Sociedade como uma desvalorização significativa e (ii) que persista por mais de 12 meses é assumido como uma desvalorização prolongada. Para títulos de dívida, considera-se que os mesmos estão em situação de imparidade quando existe evidência objectiva que um ou mais eventos têm um impacto nos *cash flows* futuros estimados destes activos.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Sociedade

Impostos sobre os lucros

A Millenniumbcp Ageas encontra-se sujeita ao pagamento de impostos sobre lucros. A determinação do montante global de impostos sobre os lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

As Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Millenniumbcp Ageas, durante um período de quatro ou seis anos, no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Desta forma, é possível que haja correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração Millenniumbcp Ageas, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

II.3 Notas à demonstração dos resultados

Nota 1 – Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos incluem maioritariamente o montante de Euro 45.510 (2014: Euro 46.761) relativo a trabalhos especializados. Esta rubrica inclui o montante de Euro 22.004 (2014: Euro 6.781) relativo a honorários facturados pela KPMG & Associados - SROC, S.A., por serviços de auditoria (Euro 7.859), relacionados com auditoria (Euro 6.765) e de consultoria fiscal (Euro 7.380).

Nota 2 – Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal respeitam a remunerações pagas ao Conselho Fiscal.

Nota 3 – Outros rendimentos e ganhos

Esta rubrica respeita maioritariamente a valias realizadas com a alienação de títulos de dívida pública no valor de Euro 535.616 (2014: Euro 5.080).

Nota 4 – Juros e rendimentos similares obtidos

Os juros e rendimentos similares obtidos são analisados como segue:

	Eur	
	2015	2014
Juros de empréstimos de financiamento	5.779.167	592.784
Juros de depósitos bancários	1.473	118.996
Rendimentos investimentos disponíveis para venda - dívida pública	361.533	306.863
Total	6.142.173	1.018.643

Em 2015 e 2014, os Juros de empréstimos de financiamento referem-se a empréstimos concedidos à subsidiária Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A., conforme referido na nota 11.

II.4 Notas ao balanço

Nota 5 – Participações financeiras

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, as empresas subsidiárias da Millenniumbcp Ageas eram as seguintes:

Subsidiárias	Sede	Atividade Económica	Capital (Euro)	% do Grupo 2015	% do Grupo 2014
Ocidental Vida – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	Seguros de Vida	22.375.000	100	100
Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	Gestão de Fundos de Pensões	1.200.000	100	100

O valor das participações financeiras da Millenniumbcp Ageas nas suas subsidiárias são analisadas como segue:

	Eur	
	2015	2014
Ocidental Vida – Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	864.952.375	864.952.375
Ocidental – Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.	25.000.000	25.000.000
	889.952.375	889.952.375

À data de 31 de dezembro de 2015, a Millenniumbcp Ageas efetuou uma revisão ao valor recuperável dos investimentos nas subsidiárias detidas, tendo concluído pela inexistência de perdas por imparidade que devessem ser reconhecidas. O teste de imparidade foi efetuado com base no orçamento a 3 anos de cada uma das unidades de negócio, aprovado pelo Conselho de Administração, considerando uma taxa de crescimento a longo prazo de 2%. O valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados foi calculado utilizando uma taxa de desconto de 11,14% (2014: 11,4%).

Adicionalmente, na rubrica de participações financeiras, à data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, encontra-se registado o montante de Euro 750, relativo à participação detida na Millenniumbcp – Prestação de Serviços, A.C.E.

Nota 6 – Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 o saldo desta rubrica pode ser analisado como se segue:

	2015			2014		
	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total	Custo amortizado	Valias não realizadas	Total
Dívida pública	20.611.213	493.887	21.105.100	73.510.465	620.786	74.131.251
Juros a receber	381.715	-	381.715	1.058.047	-	1.058.047
Total	20.992.928	493.887	21.486.815	74.568.512	620.786	75.189.298

Dos quais:			
Nível 1		21.486.815	75.189.298
		21.486.815	75.189.298

De acordo com o IFRS 13, os outros ativos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘providers’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 7 – Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o saldo desta conta corresponde na totalidade a depósitos bancários.

Nota 8 – Capital, reservas e resultados transitados

Capital

Em 31 de dezembro de 2015, o capital da Millenniumbcp Ageas, Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., no montante de Euro 775.002.375, encontra-se integralmente subscrito e realizado, sendo representado por 155.000.475 ações de valor nominal Euro 5 cada.

Os acionistas da Millenniumbcp Ageas são como segue:

	Nº ações	% participação
Banco Comercial Português, S.A. (*)	75.950.233	49
Ageas Insurance International, N.V.	79.050.242	51
	155.000.475	100

(*) Através do BCP Investments BV, detido a 100% pelo Banco Comercial Português, S.A.

Ajustamentos em ativos financeiros (reserva de justo valor)

A reserva de justo valor corresponde ao valor acumulado das variações de justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda, de acordo com a política contabilística descrita na nota II.1 c).

Os movimentos da reserva de justo valor dos activos financeiros categorizados como disponíveis para venda, durante 2015 e 2014, são analisados como segue:

	Eur	
	2015	2014
Saldo em 1 janeiro	(620.786)	(29.327)
Ajustamentos no justo valor	126.899	(591.459)
Saldo em 31 dezembro	(493.887)	(620.786)

Reservas legais

Em conformidade com o art.º 295 do Código das Sociedades Comerciais e de acordo com os estatutos da Sociedade, a reserva legal é obrigatoriamente dotada com um mínimo de 5% dos resultados anuais até à concorrência de um valor equivalente a 20% do seu capital social. Estas reservas não estão disponíveis para distribuição.

Resultados transitados

Em 2015, a Millenniumbcp Ageas distribuiu aos seus acionistas o montante de Euro 60.000.000 (ver nota 11).

Nota 9 – Estado e outros entes públicos

A Millenniumbcp Ageas determinou a carga fiscal do ano com base numa taxa de imposto de 22,5% (taxa nominal de 21% mais 1,5% de derrama municipal).

As declarações de autoliquidação da Sociedade ficam sujeitas a inspeção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos, o qual é alargado para seis anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Sociedade que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das demonstrações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2015 e 2014 os saldos ativos e passivos relativos a impostos registados no Balanço da Sociedade são analisados como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Ativos por impostos correntes	-	278.980
Ativos por impostos	-	278.980
Passivos por impostos correntes	20.300	705
Passivos por impostos diferidos	111.125	139.677
Passivos por impostos	131.425	419.362

Os em 31 de dezembro de 2015 e 2014 os passivos por impostos diferidos, reconhecidos na totalidade por contrapartida de reservas, respeitam à variação de justo valor dos outros activos financeiros reconhecida em capital na rubrica de ajustamentos em activos financeiros.

Com relação ao imposto corrente sobre o rendimento registado nos resultados de 2015 e 2014, a reconciliação da taxa de imposto é analisada como segue:

		<i>Eur</i>
	2015	2014
Resultado antes de impostos	4.830.258	337.490.332
Taxa de imposto	22,5%	24,5%
Imposto calculado com base na taxa de imposto	(1.086.808)	(82.685.131)
Dividendos excluídos de tributação	900.000	82.565.000
Outras diferenças permanentes	896	(26)
	(185.912)	(120.157)

Nota 10 – Outras contas a pagar

Em 2015, a rubrica Outras contas a pagar incluía maioritariamente o montante de Euro 566.312, relativo a operações por liquidar decorrentes da compra de activos financeiros nos últimos dias do ano, e que ainda não haviam sido liquidados à data do Balanço.

II.5 Outras notas

Nota 11 - Transações com partes relacionadas

À data de 31 de dezembro de 2015 e 2014, as transações significativas com partes relacionadas são analisadas como segue:

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Vida	Ocidental Pensões	Total
Participações financeiras	750	-	864.952.375	25.000.000	889.953.125
Empréstimos concedidos	-	-	120.380.000	-	120.380.000
Caixa e depósitos bancários	941.637	-	-	-	941.637
Total ativo	942.387	-	985.332.375	25.000.000	1.011.274.762
Empréstimos obtidos	(58.986.200)	(61.393.800)	-	-	(120.380.000)
Total passivo	(58.986.200)	(61.393.800)	-	-	(120.380.000)
Líquido ativo/(passivo) 2015	(58.043.813)	(61.393.800)	985.332.375	25.000.000	890.894.762
Líquido ativo/(passivo) 2014	(57.153.275)	(61.400.597)	985.364.042	25.000.000	891.810.170

	Eur				
Demonstração de resultados	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Vida	Ocidental Pensões	Total
Dividendos	-	-	-	4.000.000	4.000.000
Juros de depósitos	1.473	-	-	-	1.473
Juros de empréstimos	-	-	5.779.167	-	5.779.167
Total rendimentos	1.473	-	5.779.167	4.000.000	9.780.640
Juros de empréstimos obtidos	(2.831.792)	(2.947.375)	-	-	(5.779.167)
Total gastos	(2.831.792)	(2.947.375)	-	-	(5.779.167)
Líquido rendimentos/(gastos) 2015	(2.830.319)	(2.947.375)	5.779.167	4.000.000	4.001.473
Líquido rendimentos/(gastos) 2014	(82.721)	(209.950)	335.592.784	2.000.000	337.300.113

	Eur				
Balanço	Grupo BCP	Grupo Ageas	Ocidental Vida	Ocidental Pensões	Total
Dividendos pagos	(29.400.000)	(30.600.000)	-	-	(60.000.000)
Líquido aumento/ (diminuição) capital próprio 2015	(29.400.000)	(30.600.000)	-	-	(60.000.000)

As transações com Partes relacionadas, que não relativas à distribuição de dividendos, foram efetuadas em termos equivalentes aos que prevalecem no mercado em transações similares.

No contexto das medidas de gestão de capital implementadas no exercício de 2014, a Sociedade contraiu um empréstimo subordinado dos seus accionistas no montante de Euro 120.000.000, formalizado através de um contrato celebrado em 5 de dezembro 2014. Este empréstimo, sem maturidade, estabelece uma remuneração de 4,75% durante os primeiros 5 anos, substituída pela “Euribor + 6 meses, acrescida de 475 pb” nos períodos seguintes. De referir que este montante de Euro 120.000.0000 foi, na mesma data, concedido na forma de empréstimo subordinado à subsidiária Ocidental Vida, cujo respetivo contrato prevê as mesmas cláusulas relativas a maturidade e remuneração.

Nota 12 – Justo valor

O justo valor é baseado em valores de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*. Nesta base, o justo valor estimado é influenciado por pressupostos usados nesses modelos de valorização, que necessariamente incorporam algum nível de incerteza, e reflectem exclusivamente o valor atribuídos aos diferentes instrumentos financeiros.

Os principais métodos e pressupostos utilizados na determinação do justo valor de ativos e passivos da Sociedade são os seguintes:

Caixa e Depósitos em instituições de crédito

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Outros ativos financeiros (Ativos financeiros disponíveis para venda)

Estes instrumentos financeiros são registados ao justo valor, o qual é baseado em preços de mercado, quando disponíveis. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é estimado através de modelos numéricos, baseados em técnicas de desconto de *cash flows*, usando curvas de taxa de juro de mercado, ajustadas por factores como risco de crédito e risco de liquidez, determinados de acordo com as condições de mercado e maturidades. As curvas de taxa de juro baseiam-se em informação divulgada por *providers* de informação financeira, tal como a Reuters ou Bloomberg.

No caso das ações não cotadas, as mesmas são registadas ao custo histórico, quando não existam preços de mercado disponíveis e não seja possível estimar o seu justo valor com fiabilidade.

Devedores, Credores e Outras contas a receber e a pagar

Tendo em conta que se tratam normalmente de ativos e passivos de curto prazo, o saldo de balanço é uma estimativa razoável do seu justo valor.

Os activos e passivos financeiros da Sociedade registados ao custo amortizado são como segue:

Activos e passivos financeiros ao custo amortizado	Níveis	2015		2014	
		Eur			
		Justo valor	Valor Balanço	Justo valor	Valor Balanço
Caixa e depósitos bancários	1	941.637	941.637	1.847.692	1.847.692
Outros activos financeiros ao custo amortizado	3	<u>115.232.000</u>	<u>120.380.000</u>	<u>120.421.020</u>	<u>120.421.020</u>
		<u>116.173.637</u>	<u>121.321.637</u>	<u>122.268.712</u>	<u>122.268.712</u>
Outros passivos financeiros ao custo amortizado	3	<u>115.800.397</u>	<u>120.948.397</u>	<u>120.413.978</u>	<u>120.413.978</u>
		<u>115.800.397</u>	<u>120.948.397</u>	<u>120.413.978</u>	<u>120.413.978</u>

De acordo com o IFRS 13, os ativos e passivos financeiros podem estar valorizados ao justo valor de acordo com um dos seguintes níveis:

Nível 1 – valorizados de acordo com valores obtidos em mercados cotados ou fornecidos por ‘*providers*’;

Nível 2 – valorizados com modelos de avaliação, suportados por variáveis de mercado observáveis;

Nível 3 – valorizados com modelos de avaliação, cujas variáveis não são passíveis de ser suportadas por evidência de mercado, tendo estas um peso significativo na valorização obtida.

Nota 13 – Passivos contingentes e compromissos

Passivos contingentes

A Sociedade não está diretamente envolvida em processos judiciais em Portugal.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não havia garantias prestadas ou recebidas.

Nota 14 – Gestão de riscos

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. dedica-se à gestão de participações sociais noutras sociedades, como forma indireta de exercício de atividades económicas, e assumir riscos é intrínseco à forma como a empresa cria valor para os seus acionistas e participadas. O seu objetivo é, por conseguinte, assegurar que os riscos inerentes à sua atividade possam ser identificados e geridos de uma forma eficaz, dentro de um sistema de gestão de risco devidamente implementado. A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. assume que uma boa gestão de risco é a chave para garantir um crescimento rentável e sustentável e, consequentemente, que é uma competência nuclear.

Modelo de Governo do Risco

Dentro do modelo de governo da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está implementada uma estrutura organizacional de gestão de risco, que interage ativamente com a estrutura de gestão de risco do Grupo Ageas.

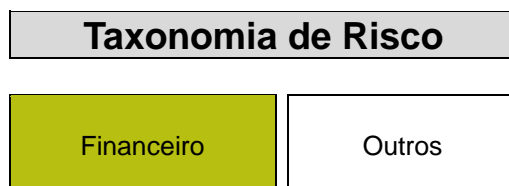
A gestão de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está suportada num processo com princípios de orientação e num quadro robusto e formalizado. O sistema de Gestão de Risco é definido através de um conjunto de regulamentos, normas de conduta, limites e padrões mínimos de aceitação de riscos pré-identificados.

A função de gestão de risco na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está centralizada no *Chief Risk Officer* (CRO) que acumula com as funções de *Chief Financial Officer* (CFO).

Taxonomia de Risco

Para garantir uma abordagem coerente e abrangente visando a identificação, avaliação, monitorização e reporte de riscos, dentro da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.. A identificação dos riscos é realizada através da estrutura da taxonomia definida no regulamento da Taxonomia de Risco.

Para a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. os Riscos Financeiros e Outros Riscos são os que lhe estão inteiramente ligados:



Os riscos financeiros são quantificados dentro dos requisitos do Pilar I do Solvência II e os Outros riscos são quantificados sob os requisitos do Pilar II do Solvência II.

Todos os riscos são geridos por via de um dos processos chave: o Key Risk Reporting (KRR). O KRR é um processo que contribui para a elaboração e implementação da resposta adequada a nível estratégico. O *Key Risk Reporting* é o resultado do processo de identificação e avaliação dos principais riscos que podem impactar negativamente na realização dos objetivos estratégicos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A..

Riscos Financeiros

Modelo de Governo dos Riscos Financeiros

O *Risco Financeiro* decorre do risco de perda, quer de alterações adversas das flutuações no nível e na volatilidade dos preços de mercado dos ativos, passivos e outros instrumentos financeiros, denominados *Riscos de Mercado* ou de eventuais perdas devido ao comportamento inesperado de devedores ou contrapartes de ativos de investimentos denominado *Risco de Incumprimento*.

O modelo de governo relacionado com os *Riscos Financeiros* na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. está claramente definido e pode ser resumido da seguinte forma:

- O Conselho de Administração da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. aprova a Estratégia de Investimento;

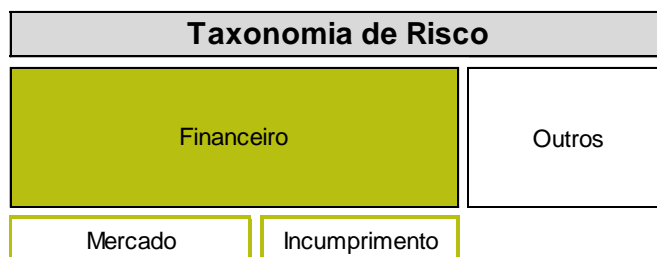
- As decisões de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são da responsabilidade do *Chief Financial Officer* e do Departamento de Investimentos. Para além disso o *Chief Financial Officer* tem responsabilidades na gestão dos riscos financeiros, as quais são delegadas no Comité de Risco e no Comité de Investimentos (CI);
- O Departamento de Gestão de Riscos e Atuariado:
 - É responsável pela *Strategic Asset Allocation* (SAA), bem como pelo relatório sobre a exposição de riscos financeiros da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.;
 - Propõe novas estratégias de investimento (resultado da SAA) e fornece informações relacionadas ao Comité de Risco e ao *Chief Financial Officer*;
 - Reporta sobre a adesão à Estratégia de Investimento e regulamentos relevantes;
 - Apoia medidas (incluindo a mitigação do risco) executadas sempre que necessário, especialmente para evitar ou corrigir os limites definidos – *Apetite ao Risco*;
- A Função de Investimentos:
 - Desenvolve a Gestão Operacional de Investimentos;
 - Desenvolve a estratégia de investimento (alocação estratégica) em conformidade com as restrições de risco e a SAA. Caso a responsabilidade seja delegada a um gestor externo de ativos (F&C Portugal), a função de Investimentos fornece uma orientação clara aos gestores de ativos, monitorizando a relação com o F&C Portugal, as suas decisões e ações, por forma a maximizar o retorno;
 - Informar sobre a exposição aos limites definidos pelo CI/Comité de Risco ou por supervisores locais.
- O Comité de Risco:
 - É responsável pela recomendação dos limites de risco, monitorizando o seu cumprimento.
- O Risk Officer tem como principais funções:
 - Propor os limites do apetite ao risco bem como as restrições aos riscos agregados;
 - Emitir parecer sobre a adequação dos regulamentos de risco;
 - Integrar os Comité de Risco/Comité de Investimentos;
 - Dar parecer sobre a estratégia global anterior à aprovação pela Comissão Executiva e Conselho de Administração.

A Gestão de *Riscos Financeiros* na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. é construída em torno de quatro elementos principais:



Gestão dos Riscos Financeiros

Os Riscos Financeiros, de acordo com a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A., estão divididos nas seguintes categorias:



Risco de Incumprimento

O *Risco de Incumprimento* reflete possíveis perdas decorrentes da incapacidade de uma contraparte e/ou devedores cumprirem os termos acordados. O âmbito da definição deste risco inclui o incumprimento em ativos de investimento (obrigações, ações, etc.).

Tendo em conta a possibilidade de sobreposição entre o Risco de *Spread* e do *Risco de Incumprimento*, a Taxonomia de Risco da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. foi elaborada por forma a assegurar que todos os riscos relacionados com o crédito estão identificados e cobertos por um dos tipos de risco referidos, não havendo lugar à dupla contabilização.

Riscos de Mercado

Os ativos e passivos da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são geridos com o objetivo de maximizar valor para o acionista, proporcionar um crescimento sólido, melhorar a rentabilidade, cumprir com as necessidades do cliente e proteger a Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. contra qualquer consequência financeira decorrente de alterações nas taxas de juro, câmbio, *spreads*, ações, etc. O risco de perda ou de provocar alteração da situação financeira resultante, direta ou indiretamente, de flutuações no nível e na volatilidade dos preços no mercado de ativos, passivos e instrumentos financeiros, é definido na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. como *Risco de Mercado*.

A diversificação é uma das ações de mitigação utilizada pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. para reduzir o risco de mercado, e, por conseguinte, são realizadas monitorizações à carteira de títulos de investimento no âmbito das classificações, indústrias, mercados e países.

Enquanto parte do *Risco de Mercado*, o *Risco de Câmbio* surge de alterações no nível ou na volatilidade das taxas de câmbio da moeda (Eur) face à divisa de referência dos ativos e passivos.

Qualquer ativo financeiro está expresso numa moeda específica e o risco de câmbio origina uma alteração da taxa de câmbio de uma moeda para a moeda de referência da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. (Eur).

A Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. definiu que todo risco de câmbio deverá ser coberto.

O quadro seguinte indica os valores da carteira de investimento por tipo de ativo (incluindo juros acumulados):

CARTEIRA DE INVESTIMENTOS [EUR]	2015	%	2014	%
Ativos financeiros disponíveis para venda	21.487.565	100,0%	75.190.048	100,0%
Dívida pública	21.486.815	100,0%	75.189.298	100,0%
Ações	750	0,0%	750	0,0%
Total	21.487.565	100%	75.190.048	100%

As obrigações detidas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são decompostas por tipo de indústria:

OBRIGAÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015	2014		
	Valor	%	Valor	%
Dívida pública	21.486.815	100,0%	75.189.298	100,0%
Total	21.486.815	100,0%	75.189.298	100,0%

As ações detidas pela Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. são decompostas por tipo de indústria:

AÇÕES POR TIPO DE INDÚSTRIA [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Consumíveis não cíclicos	750	100,0%	750	100,0%
Total	750	100,0%	750	100,0%

A tabela seguinte mostra a qualidade creditícia dos valores mobiliários (com base em *ratings* externos ou equivalentes):

OBRIGAÇÕES POR NOTAÇÃO DERATING [EUR]	Ativos financeiros disponíveis para venda			
	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
AAA	566.053	2,6%	52.936.014	70,4%
AA	14.471.115	67,4%	-	0,0%
BB	6.449.647	30,0%	22.253.284	29,6%
Total	21.486.815	100,0%	75.189.298	100,0%
Dívida pública	21.486.815	100,0%	75.189.298	100,0%
Total	21.486.815	100,0%	75.189.298	100,0%

Para depósitos (baseados em notações de rating externas ou equivalentes) os números são os seguintes:

	2015		2014	
	Valor	%	Valor	%
Depósitos em Instituições de Crédito [Eur]				
B	941.637	100,0%	1.847.692	100,0%
Total	941.637	100,0%	1.847.692	100,0%

Outros Riscos

Os Outros riscos cobrem fatores externos e internos que podem afetar a capacidade da Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A. em cumprir o seu plano de negócios atual, e, ainda, de se posicionar para o contínuo crescimento e criação de valor. Isso inclui alterações no ambiente externo, incluindo o ambiente regulamentar e económico, no panorama competitivo ou no ambiente geopolítico.

Nota 15 – Normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas

As normas contabilísticas e interpretações recentemente emitidas que entraram em vigor, e que a Sociedade aplicou na elaboração das suas demonstrações financeiras, são as seguintes:

IFRIC 21 – Taxas

O IASB emitiu esta interpretação em 20 de Maio de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2014. Esta interpretação foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 634/2014, de 13 de Junho.

Esta nova interpretação define taxa (“*levy*”) como sendo um desembolso de uma entidade imposto pelo governo de acordo com a legislação. Confirma que uma entidade reconhece um passivo pela taxa quando – e apenas quando – o específico evento que desencadeia a mesma, de acordo com a legislação, ocorre.

Esta interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Melhoramentos às IFRS (2011-2013)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2011-2013, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduziram alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014, às normas IFRS 1, IFRS 3, IFRS 13 e IAS 40. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 1361/2014, de 18 de Dezembro (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Janeiro de 2015).

- IFRS 1 – Conceito de “IFRS efectivas”

O IASB clarificou que se novas IFRS não forem ainda obrigatórias mas permitam aplicação antecipada, a IFRS 1 permite, mas não exige, que sejam aplicadas nas primeiras demonstrações financeiras reportadas em IFRS.

- IFRS 3 – Excepções ao âmbito de aplicação para *joint ventures*

As alterações excluem do âmbito da aplicação da IFRS 3 a formação de todos os tipos de acordos conjuntos, tal como definidos na IFRS 11. Tal excepção ao âmbito de aplicação apenas se aplica a demonstrações financeiras de *joint ventures* ou às próprias *joint ventures*.

- IFRS 13 – Âmbito do parágrafo 52 – excepção de portefólios

O parágrafo 52 da IFRS 13 inclui uma excepção para mensurar o justo valor de grupos de activos ou passivos numa base líquida. O objectivo desta alteração consiste na clarificação que a excepção de portefólios aplica-se a todos os contratos abrangidos pela IAS 39 ou IFRS 9, independentemente de cumprirem as definições de activo financeiro ou passivo financeiro previstas na IAS 32.

- IAS 40 – Inter-relação com a IFRS 3 quando classifica propriedades como propriedades de investimento ou imóveis de uso próprio.

O objectivo da alteração é a clarificação da necessidade de julgamento para determinar se uma aquisição de propriedades de investimento corresponde à aquisição de um activo, de um grupo de activos ou de uma concentração de uma actividade operacional abrangida pela IFRS 3.

A Sociedade não registou qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras em resultado destas melhorias.

A Sociedade decidiu optar pela não aplicação antecipada das seguintes normas e/ou interpretações adoptadas pela União Europeia:

IAS 19 (Alterada) – Planos de Benefício Definido: Contribuição dos empregados

O IASB emitiu, em 21 de Novembro de 2013, com data efectiva de aplicação (de forma retrospectiva) para períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Julho de 2014. Esta alteração foi adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 29/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

A presente alteração clarifica a orientação quando estejam em causa contribuições efectuadas pelos empregados ou por terceiras entidades ligadas aos serviços, exigindo que a entidade atribua tais contribuições em conformidade com o parágrafo 70 da IAS 19 (2011). Assim, tais contribuições são atribuídas usando a fórmula de contribuição do plano ou de uma forma linear.

A alteração reduz a complexidade introduzindo uma forma simples que permite a uma entidade reconhecer contribuições efectuadas por empregados ou por terceiras entidades ligadas ao serviço, que sejam independentes do número de anos de serviço (por exemplo um percentagem do vencimento), como redução do custo dos serviços no período em que o serviço seja prestado.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação desta alteração nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2010-2012)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2010-2012, emitidos pelo IASB em 12 de Dezembro de 2013, introduzem alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Julho de 2014 às normas IFRS 2, IFRS 3, IFRS 8, IFRS 13, IAS 16, IAS 24 e IAS 38. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 28/2015, de 17 de Dezembro de 2014 (definindo a entrada em vigor, o mais tardar, a partir da data de início do primeiro exercício financeiro que começa em, ou após, 1 de Fevereiro de 2015).

- IFRS 2 – Definição de condição de aquisição (“vesting”)

A alteração clarifica a definição de “condição de aquisição” (“vesting”) contida no Apêndice A da IFRS 2 – Pagamentos Baseados em Acções, separando a definição de “condição de desempenho” e “condição de serviço” da “condição de aquisição”, fazendo uma descrição de cada uma das condições de forma mais clara.

- IFRS 3 – Contabilização de uma consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais

O objectivo da alteração visa clarificar certos aspectos da contabilização da consideração contingente no âmbito de uma concentração de actividades empresariais, nomeadamente a classificação da consideração contingente, tomando em linha de conta se tal consideração contingente é um instrumento financeiro ou um activo ou passivo não-financeiro.

- IFRS 8 – Agregação de segmentos operacionais e reconciliação entre o total dos activos dos segmentos reportáveis e os activos da empresa

A alteração clarifica o critério de agregação e exige que uma entidade divulgue os factores utilizados para identificar os segmentos reportáveis, quando o segmento operacional tenha sido agregado. Para atingir consistência interna, uma reconciliação do total dos activos dos segmentos reportáveis para o total dos activos de uma entidade deverá ser divulgada, se tais quantias forem regularmente proporcionadas ao tomador de decisões operacionais.

- IFRS 13 – Contas a receber ou pagar de curto prazo

O IASB alterou as bases de conclusão no sentido de esclarecer que, ao eliminar o AG 79 da IAS 39, não pretendeu eliminar a necessidade de determinar o valor actual de uma conta a receber ou a pagar no curto prazo, cuja factura foi emitida sem juro, mesmo que o efeito seja imaterial. De salientar que o paragrafo 8 da IAS 8 já permite que uma entidade não aplique políticas contabilísticas definidas nas IFRS se o seu impacto for imaterial.

- IAS 16 e IAS 38 – Modelo de Revalorização – reformulação proporcional da depreciação ou amortização acumulada

De forma a clarificar o cálculo da depreciação ou amortização acumulada, à data da reavaliação, o IASB alterou o parágrafo 35 da IAS 16 e o parágrafo 80 da IAS 38 no sentido de: (i) a determinação da depreciação (ou amortização) acumulada não depender da selecção da técnica de valorização; e (ii) a depreciação (ou amortização) acumulada ser calculada pela diferença entre a quantia bruta e o valor líquido contabilístico.

- IAS 24 – Transacções com partes relacionadas – serviços do pessoal chave da gestão

Para resolver alguma preocupação sobre a identificação dos custos do serviço do pessoal chave da gestão (KMP), quando estes serviços são prestados por uma entidade (entidade gestora, como por exemplo nos fundos de investimento), o IASB clarificou que as divulgações das quantias incorridas pelos serviços de KMP fornecidos por uma entidade de gestão separada devem ser divulgados, mas não é necessário apresentar a desagregação prevista no parágrafo 17.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

Melhoramentos às IFRS (2012-2014)

Os melhoramentos anuais do ciclo 2012-2014, emitidos pelo IASB em 25 de Setembro de 2014, introduzem alterações com data efectiva de aplicação para períodos que se iniciaram em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 às normas IFRS 5, IFRS 7, IAS 19 e IAS 34. Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2343/2015, de 15 de Dezembro de 2015.

- IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos Para Venda e Operações Descontinuadas: Alterações no Método de Disposição

As alterações à IFRS 5 clarificam que caso uma entidade reclassifique um activo (ou um grupo em descontinuação) directamente de “detido para venda” para “detido para distribuição aos proprietários” (ou vice versa) então a alteração de classificação é considerada uma continuação do plano original de disposição. Assim sendo, nenhum ganho ou perda de mensuração será contabilizado na demonstração dos resultados ou na demonstração do rendimento integral.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: contratos de Serviços Prestados

As alterações à IFRS 7 clarificam, adicionando orientação de aplicação adicional, quando os contratos de prestação de serviços constituem envolvimento continuado para efeitos da aplicação dos requisitos de divulgação no parágrafo 42 C da IFRS 7.

- IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações: Aplicabilidade das emendas à IFRS 7 na compensação de activos e passivos financeiros para demonstrações financeiras intercalares condensadas

A presente alteração esclarece que as divulgações adicionais exigidas que foram introduzidas em Dezembro de 2011 pelas alterações ao IFRS 7 - compensação de activos e passivos financeiros – não são necessárias em períodos intercalares após o ano da sua aplicação inicial, a menos que a IAS 34 Relato Financeiro Intercalar exija essas divulgações.

- IAS 19 Benefícios dos Empregados: Taxa de desconto: emissão mercado regional

As alterações à IAS 19 clarificam que as obrigações de empresas de alta qualidade utilizadas para estimar a taxa de desconto deve ser determinada considerando a mesma moeda em que os benefícios vão ser pagos. Consequentemente, a profundidade do mercado de títulos corporativos de alta qualidade deve ser avaliada ao nível da moeda, em vez de ao nível do país. Se um mercado activo não existir, deve ser utilizada a taxa de mercado dos títulos do governo denominados nessa moeda.

- IAS 34 Relato Financeiro Intercalar: Divulgação de informações “em outras partes do relatório financeiro intercalar”

As alterações esclarecem que “outras divulgações” exigidas pelo parágrafo 16A do IAS 34, devem ser apresentadas ou nas demonstrações financeiras intercalares ou incorporadas por referência cruzada das demonstrações financeiras intercalares para algum outro documento (como comentários da gestão ou de um relatório de risco), que esteja disponível para os utentes das demonstrações financeiras nos mesmos termos, e ao mesmo tempo, que as demonstrações financeiras intercalares.

As alterações à IAS 34 também clarificam que, se os utentes das demonstrações financeiras não tiverem acesso a essa informação incluída por referência cruzada, nas mesmas condições e ao mesmo tempo, o relatório financeiro intercalar é incompleto.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.

IAS 27: Equivalência patrimonial em demonstrações financeiras separadas

O IASB emitiu em 12 de Agosto de 2014 alterações à IAS 27, com data efectiva de aplicação para períodos que iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2016, visando introduzir uma opção pela mensuração de subsidiárias, associadas ou empreendimentos conjuntos pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras separadas.

Estas alterações foram adoptadas pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2441/2015, de 18 de Dezembro de 2015.

A Sociedade ainda não tomou qualquer decisão sobre uma eventual adopção esta opção nas suas contas.

Normas, alterações e interpretações emitidas mas ainda não efectivas para a Sociedade

IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (emitida em 2009 e alterada em 2010, 2013 e 2014)

A IFRS 9 (2009) introduziu novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. A IFRS 9 (2010) introduziu requisitos adicionais relacionados com passivos financeiros. A IFRS 9 (2013) introduziu a metodologia da cobertura. A IFRS 9 (2014) procedeu a alterações limitadas à classificação e mensuração contidas na IFRS 9 e novos requisitos para lidar com a imparidade de ativos financeiros.

Os requisitos da IFRS 9 representam uma mudança significativa dos atuais requisitos previstos na IAS 39, no que respeita aos ativos financeiros. A norma contém três categorias de mensuração de ativos financeiros: custo amortizado; justo valor por contrapartida em outro rendimento integral (OCI); e justo valor por contrapartida em resultados. Um ativo financeiro será mensurado ao custo amortizado caso seja detido no âmbito do modelo de negócio, cujo objetivo seja deter o ativo com vista a receber os fluxos de caixa contratuais, e os termos dos seus fluxos de caixa dêem lugar a recebimentos, em datas especificadas, relacionadas apenas com o montante nominal e juro em vigor. Se o instrumento de dívida for detido no âmbito de um modelo de negócio que tanto capte os fluxos de caixa contratuais do instrumento como capte por vendas, a mensuração será ao justo valor com a contrapartida em outro rendimento integral (OCI), mantendo-se o rendimento de juros a afetar os resultados.

Para um investimento em instrumentos de capital próprio que não seja detido para negociação, a norma permite uma eleição irrevogável, no reconhecimento inicial, numa base individual por cada ação, de apresentação das alterações de justo valor em OCI. Nenhuma desta quantia reconhecida em OCI será reclassificada para resultados em qualquer data futura. No entanto, dividendos gerados por tais investimentos são reconhecidos em resultados em vez de OCI, a não ser que claramente representem uma recuperação parcial do custo do investimento.

Nas restantes situações, quer os casos em que os activos financeiros sejam detidos no âmbito de um modelo de negócio de *trading*, quer outros instrumentos que não tenham apenas o propósito de receber juro e amortização e capital, são mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados.

Nesta situação incluem-se igualmente investimentos em instrumentos de capital próprio, os quais a entidade não designe a apresentação das alterações do justo valor em OCI, sendo assim mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas em resultados.

A norma exige que derivados embutidos em contratos cujo contrato base seja um activo financeiro, abrangido pelo âmbito de aplicação da norma, não sejam separados; ao invés, o instrumento financeiro híbrido é aferido na íntegra e, verificando-se os derivados embutidos, terão de ser mensurados ao justo valor através de resultados.

A norma elimina as categorias actualmente existentes na IAS 39 de “a deter até à maturidade”, “disponível para venda” e “contas a receber e pagar”.

A IFRS 9 (2010) introduz um novo requisito aplicável a passivos financeiros designados ao justo valor, por opção, passando a impor a separação da componente de alteração de justo valor que seja atribuível ao risco de crédito da entidade e a sua apresentação em OCI, ao invés de resultados. Com excepção desta alteração, a IFRS 9 (2010) na sua generalidade transpõe as orientações de classificação e mensuração, previstas na IAS 39 para passivos financeiros, sem alterações substanciais.

A IFRS 9 (2013) introduziu novos requisitos para a contabilidade de cobertura que alinha esta de forma mais próxima com a gestão de risco. Os requisitos também estabelecem uma maior abordagem de princípios à contabilidade de cobertura resolvendo alguns pontos fracos contidos no modelo de cobertura da IAS 39.

A IFRS 9 (2014) estabelece um novo modelo de imparidade baseado em “perdas esperadas” que substituirá o actual modelo baseado em “perdas incorridas” previsto na IAS 39.

Assim, o evento de perda não mais necessita de vir a ser verificado antes de se constituir uma imparidade. Este novo modelo pretende acelerar o reconhecimento de perdas por via de imparidade aplicável aos instrumentos de dívida detidos, cuja mensuração seja ao custo amortizado ou ao justo valor por contrapartida em OCI.

No caso de o risco de crédito de um activo financeiro não ter aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer nos próximos 12 meses.

No caso de o risco de crédito ter aumentado significativamente, o activo financeiro gerará uma imparidade acumulada igual à expectativa de perda que se estime poder ocorrer até à respectiva maturidade, aumentando assim a quantia de imparidade reconhecida.

Uma vez verificado o evento de perda (o que actualmente se designa por “prova objectiva de imparidade”), a imparidade acumulada é afectada directamente ao instrumento em causa, ficando o seu tratamento contabilístico similar ao previsto na IAS 39, incluindo o tratamento do respectivo juro.

A IFRS 9 será aplicável em ou após 1 de Janeiro de 2018.

A Sociedade iniciou um processo de avaliação dos impactos decorrentes desta norma. Dada a natureza das actividades da Sociedade, não é expectável que esta norma venha a ter impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Sociedade.

IFRS 15 Rédito de contratos com clientes

O IASB emitiu em Maio de 2014, a norma IFRS 15 Rédito de contratos com clientes, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2017. A sua adopção antecipada é permitida. Esta norma veio revogar as normas IAS 11 Contratos de construção, IAS 18 Rédito, IFRIC 13 Programas de Fidelidade do Cliente, IFRIC 15 Acordos para a Construção de Imóveis, IFRIC 18 Transferências de Activos Provenientes de Clientes e SIC 31 Rédito - Transacções de Troca Directa Envolvendo Serviços de Publicidade.

A IFRS 15 determina um modelo baseado em 5 passos de análise por forma a determinar quando o rédito deve ser reconhecido e qual o montante. O modelo especifica que o rédito deve ser reconhecido quando uma entidade transfere bens ou serviços ao cliente, mensurado pelo montante que a entidade espera ter direito a receber. Dependendo do cumprimento de alguns critérios, o rédito é reconhecido:

- No momento preciso, quando o controlo dos bens ou serviços é transferido para o cliente; ou
- Ao longo do período, na medida em que retrata a performance da entidade.

A Sociedade não espera qualquer impacto nas suas demonstrações financeiras decorrente da adopção desta norma.

IFRS 14 Contas Diferidas Regulatórias

O IASB emitiu em 30 de Janeiro de 2014 uma norma que define medidas provisórias para quem adopta pela primeira vez as IFRS e tem actividade com tarifa regulada.

A presente norma não é aplicável à Sociedade.

IFRS 16 - Locações

O IASB emitiu em 13 de Janeiro de 2016 a norma IFRS 16 - Locações, de aplicação obrigatória em períodos que se iniciem em, ou após, 1 de Janeiro de 2019. A sua adopção antecipada é permitida desde que adoptada igualmente a IFRS 15. Esta norma revoga a norma IAS 17 - Locações. A IFRS 16 remove a classificação das locações como operacionais ou financeiras, tratando todas as locações como financeiras.

Locações de curto-prazo (menos de 12 meses) e locações de activos de baixo valor (como computadores pessoais) são isentos de aplicação dos requisitos da norma.

A Sociedade não antecipa qualquer impacto decorrente da aplicação desta norma.

Outras alterações

Foram ainda emitidas pelo IASB em 2014 e aplicável aos exercícios que se iniciam em, ou após, 1 de Janeiro de 2016 as seguintes alterações:

- Alterações à IAS 16 e IAS 41: Plantas vivas de produção de produtos agrícolas (“*Bearer Plants*”) (emitida em 30 de Junho e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2113/2015, de 23 de Novembro);
- Alterações à IAS 16 e IAS 38: Clarificação dos métodos aceites para depreciação e amortização (emitida em 12 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2231/2015, de 2 de Dezembro);
- Alterações à IFRS 11: Contabilização de aquisições de interesses em empreendimentos conjuntos (emitida em 6 de Maio e adoptada pelo Regulamento da Comissão Europeia n.º 2173/2015, de 24 de Novembro);
- Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28: Entidades de Investimento: Aplicação da excepção de consolidação (emitida em 18 de Dezembro);
- Alterações à IAS 1. Iniciativa de Divulgações (emitida em 18 de Dezembro).

A Sociedade não antecipa qualquer impacto na aplicação destas alterações nas suas demonstrações financeiras.